



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Procuradoria Geral do Município.

CONTRATO 087/2015
PROCESSO Nº 5386/2015
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/15
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Contratante: **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, nº 50, no Centro deste Município, inscrita no CGC/MF sob nº 29138294/0001-02, representada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. **Tarciso Gonçalves Pessoa**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rua Afonso Franco, nº 79, Centro, Paracambi/RJ, portador da Carteira de Identidade nº 05186468-2 SSP/IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 615.202.257-68.

Contratada: **LUZEIROS AGÊNCIA DE VIAGEM E TURISMO LTDA-ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.004.327/0001-67, sediada à rua José Candido da Costa Cortes, 208 lj 08 – Centro – Paracambi-RJ, neste ato representada pelo Sr. **Sebastião Carlos Rezende**, portador da carteira de identidade nº 07993188-7 IFP RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 013.953.267-62.

Nos termos da proposta da empresa **LUZEIROS AGÊNCIA DE VIAGEM E TURISMO LTDA-ME**, estabelecemos o Contrato para locação de ONIBUS e VANS, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e atender a secretaria Municipal de Cultura e Turismo, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, proposta vencedora do julgamento estabelecido pelo Pregoeiro Municipal no Pregão Presencial nº. 028/15, devidamente homologado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal em 13 de novembro de 2015, e mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato para locação de ONIBUS e VANS, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Procuradoria Geral do Município.

preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – Conforme a proposta apresentada pela CONTRATADA, a qual integra o presente instrumento e que é de pleno conhecimento das partes, o valor dos serviços será R\$ 470.500,00 (Quatrocentos e setenta mil e quinhentos reais).

2.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 - O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30(trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

2.4 - O pagamento somente ocorrerá após o atesto do servidor competente pela fiscalização da execução do contrato na nota fiscal apresentada.

2.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

2.6 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Procuradoria Geral do Município.

2.7 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

2.8 – As despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento das Secretarias Municipal de Educação e Esporte e Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, conforme especificado abaixo:

Programa de trabalho: 02.01.13.392.0049.2121 – **elemento de despesa:** 33.90.39.00.00.00.000 - **código reduzido** 1352.

Programa de trabalho: 12.01.12.361.0021.2033 – **elemento de despesa:** 33.90.39.00.00.00.000 - **código reduzido** 320.

Programa de trabalho: 12.01.12.361.0021.2033 – **elemento de despesa:** 33.90.39.00.00.00.000 - **código reduzido** 319.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 11 (onze) meses contados de 19 de novembro de 2015 e termino 19 de outubro de 2016, para atender a Secretaria de Educação e Esportes e atender a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo no exercício de 2015, de acordo com o projeto básico das Secretarias, Anexo I, prorrogável na forma do art. 57, II, da Lei nº 8.666, de 1993.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

4.1 - Do Município:

4.1.1 - Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação;

4.1.2 - Aplicar à empresa Contratada as penalidades, quando for o caso;

4.1.3 - Prestar à empresa Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada,



necessária a perfeita execução do Contrato;

4.1.4 - Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;

4.1.5 - Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

4.2 - Da Contratada:

4.2.1 – Prestar os serviços do objeto desta licitação, nas especificações contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 028/2015, em especial cumprir as obrigações e especificações constantes no Termo de Referência;

4.2.2 - Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o fornecimento de produtos executados;

4.2.3 - Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação previstas no edital, conforme disposições do art. 55 da Lei nº. 8666/93;

4.2.4 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (cinete e cinco por cento) do valor contratado;

4.2.5 - Executar o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

4.2.5 - Executar o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos no edital de Pregão Presencial nº. 028/2015;

4.2.6 - Não subcontratar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto, ainda que parcial, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível de penalidade;

4.2.7 - Ser responsável pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.2.8 - Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada nos



serviços em questão, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deve satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos provenientes da atividade, impostos e outras providências e obrigações necessárias à prestação de serviços.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS COMUNICAÇÕES

5.1 - As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES.

5.1 – Cometer infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

5.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação

5.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

5.1.3 fraudar na execução do contrato;

5.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

5.1.5 cometer fraude fiscal;

5.1.6 não mantiver a proposta.

5.2 A contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

5.2.1 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a contratante;

5.2.2 multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;



5.2.3 multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

5.2.4 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

5.2.5 A multa será descontada de pagamentos eventualmente devidos pela Contratada;

5.2.6 suspensão de licitar e impedimentos de contratar com o órgão ou entidade Contratante, pelo prazo de até 02(dois) anos;

5.2.7 impedimentos de licitar ou contratar com o Município com o conseqüente descredenciamento no setor de compras pelo prazo até 05 (cinco) anos;

5.2.8 declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

5.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e VI da Lei nº. 8.666, de 1993, a Contratada que:

5.3.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

5.3.2 tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

5.3.3 demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

5.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-à em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº. 8.666/93.



5.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observando o princípio da proporcionalidade.

5.6 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no art. 78 da Lei nº. 8.666/93.

5.7 - O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos:

- I.** Por infração a qualquer de suas cláusulas;
- II.** Por pedido de concordata, falência ou dissolução da Contratada;
- III.** Por transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato;
- IV.** Por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato;
- V.** Pela aplicação de mais de 02 (duas) advertências.

5.8 - O Município poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

5.9 - O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- 5.9.1** - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 5.9.2** - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 5.9.3** - Indenizações e multas.

5.10 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado-se à



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Procuradoria Geral do Município.

CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

6.0 - DOS CASOS OMISSOS.

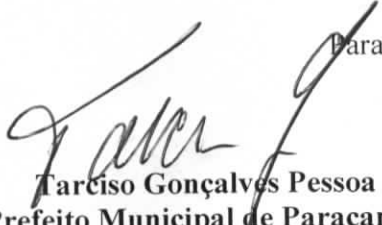
6.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.


7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Paracambi, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em 04 (quatro) vias de igual teor.

Paracambi, 19 de novembro de 2015


Tarciso Gonçalves Pessoa
Prefeito Municipal de Paracambi
CONTRATANTE


LÚZEIROS AGÊNCIA DE VIAGEM E TURISMO LTDA-ME
Sebastião Carlos Rezende
CONTRATADA

Testemunhas:

.....

Nome:

CPF